



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PROCESSO: 11000.720284/2019-99

ANEXO XI DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA RFB/SRRF10 Nº 2/2019

PROJETO BÁSICO

PREÂMBULO

Este documento foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993, no que couber, constituindo-se como peça integrante e inseparável do procedimento licitatório, por meio do qual se pretende contratar pessoa jurídica que tenham como objeto social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias, para a exploração dos serviços públicos de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias importadas e destinadas à exportação no município de Novo Hamburgo/RS.

O objeto da contratação pretendida é de uma permissão de serviço público e, como tal, deve ser precedido de prévia licitação, conforme dispõe a Lei nº 8.987/95.

1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de licitar um Porto Seco em Novo Hamburgo/RS advém do término da vigência do contrato de permissão de exploração do Porto Seco de Novo Hamburgo-RS. Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) realizado pela SRRF10, que constará como anexo do Edital da Concorrência RFB/SRRF 10 – Nº 2/2019, aponta a demanda por tais serviços e a conveniência da continuidade da sua prestação.

2. DO OBJETIVO

A presente licitação tem por objetivo dar continuidade na prestação dos serviços públicos de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias importadas e destinadas à exportação no município de Novo Hamburgo/RS, conforme a demanda estimada no EVTE.

3. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação é a permissão para exploração dos serviços de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias importadas e destinadas à exportação, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por mais 10 (dez) anos, conforme § 2º do art. 1º da Lei 9.074, de 1995, em Porto Seco localizado no Município de Novo Hamburgo/RS, dotado de estrutura e área mínimas especificadas em edital e contrato, com remuneração dos serviços pela cobrança de tarifas do usuário, que englobe todos os custos, inclusive seguros, remuneração dos serviços e amortização do investimento, bem como aqueles necessários ao exercício



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



da fiscalização aduaneira, nos termos e limites ofertados no processo licitatório, podendo ainda auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos, prestados facultativamente aos usuários.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

O Porto Seco executará, sob controle aduaneiro, operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias importadas e destinadas à exportação, submetidas aos regimes aduaneiros comum e especial.

Poderão ainda ser prestados serviços conexos à movimentação e armazenamento de mercadorias, tais como estadia de veículos e unidades de carga, pesagem, limpeza e desinfecção de veículos, fornecimento de energia, retirada de amostras, lonamento e deslonamento, emissão de títulos, colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, embalagem e reembalagem, unitização e desunitização e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias.

5. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA E A QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER PRESTADO

A demanda do serviço a ser prestado pelo permissionário foi estimada por meio do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para implantação de Porto Seco sob Regime de Permissão no Município Novo Hamburgo/RS.

6. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

A avaliação da qualidade dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias prestados pelo permissionário a ser contratado deverá ser realizada semestralmente, de acordo com as disposições do Contrato, e conforme art. 23, inciso III, da Lei nº 8.987, de 1995. Essa avaliação será realizada pelo fiscal do Contrato a ser designado pela SRRF10, por meio de expedição de relatório circunstanciado, com base nos formulários de avaliação, a serem preenchidos pelos usuários dos serviços prestados. O método de avaliação e o modelo dos formulários de avaliação constarão como anexo do Edital da Concorrência RFB/SRRF 10 – Nº 2/2019.

7. QUANTITATIVO ESTIMADO DO SERVIÇO A SER PRESTADO

A demanda dos serviços a serem prestados foi estimada a partir dos levantamentos dos totais em peso e em valor das importações e exportações, do exercício de 2017, registradas no Porto Seco que atualmente opera na região. Os dados foram extraídos do sistema da RFB Data Warehouse – DW – Aduaneiro.

Para fins de cálculo da projeção de crescimento da demanda ao longo do período previsto para exploração do recinto, sobre os valores registrados no período de 2017, adotados como referência inicial para peso e valor agregado das cargas movimentadas, foi aplicada taxa de crescimento anual de 3%, conforme justificativas constantes no EVTE.

Na tabela, abaixo, consta a projeção estimada de crescimento da movimentação do recinto ao longo do período da permissão, tomando-se por base os valores de referência (histórico de peso e valor das operações de importação e



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



exportação efetivamente registradas no Porto Seco atualmente operante na região de Novo Hamburgo para o ano de 2017) e aplicando-se a taxa de 3% ao ano.

Para fins de cálculo, no primeiro ano de exploração (2019) a demanda foi zerada e, no segundo, dividida pela metade, pois o porto seco terá 18 meses para entrar em funcionamento após a assinatura do contrato de permissão. Estimou-se que a partir do terceiro ano o Porto Seco conseguirá atingir a plena captação de carga. O detalhamento da demanda estimada e do dimensionamento do Porto Seco consta no EVTE.

VALORES DE REFERÊNCIA	
Peso 2017 (toneladas) *	70.839
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	3,00%
Peso estimado 2018 (toneladas)	72.965
Valor agregado carga absorvida (R\$/Kg) **	36,27

* peso total das mercadorias importadas e exportadas, registradas no Porto Seco de Novo Hamburgo, no período de 2017

** valor agregado = valor total das mercadorias importadas (CIF) e exportadas (FOB) em 2017 / peso total das mercadorias em 2017

Projeção da demanda para os 25 anos de permissão

	Ano	Fluxo de Carga (ton)	Caminhões/ano	Demanda Estimada (toneladas)	Caminhões/ano	Caminhões/mês	VALOR CIF/FOB * (R\$)
2019	1	75.154	4.175	-	-	-	-
2020	2	77.408	4.300	38.704	2.150	179	1.403.687.550,18
2021	3	79.730	4.429	79.730	4.429	369	2.891.596.353,37
2022	4	82.122	4.562	82.122	4.562	380	2.978.344.243,98
2023	5	84.586	4.699	84.586	4.699	392	3.067.694.571,29
2024	6	87.124	4.840	87.124	4.840	403	3.159.725.408,43
2025	7	89.737	4.985	89.737	4.985	415	3.254.517.170,69
2026	8	92.429	5.135	92.429	5.135	428	3.352.152.685,81
2027	9	95.202	5.289	95.202	5.289	441	3.452.717.266,38
2028	10	98.058	5.448	98.058	5.448	454	3.556.298.784,37



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



2029	11	101.000	5.611	101.000	5.611	468	3.662.987.747,90
2030	12	104.030	5.779	104.030	5.779	482	3.772.877.380,34
2031	13	107.151	5.953	107.151	5.953	496	3.886.063.701,75
2032	14	110.365	6.131	110.365	6.131	511	4.002.645.612,80
2033	15	113.676	6.315	113.676	6.315	526	4.122.724.981,19
2034	16	117.087	6.505	117.087	6.505	542	4.246.406.730,62
2035	17	120.599	6.700	120.599	6.700	558	4.373.798.932,54
2036	18	124.217	6.901	124.217	6.901	575	4.505.012.900,52
2037	19	127.944	7.108	127.944	7.108	592	4.640.163.287,53
2038	20	131.782	7.321	131.782	7.321	610	4.779.368.186,16
2039	21	135.736	7.541	135.736	7.541	628	4.922.749.231,75
2040	22	139.808	7.767	139.808	7.767	647	5.070.431.708,70
2041	23	144.002	8.000	144.002	8.000	667	5.222.544.659,96
2042	24	148.322	8.240	148.322	8.240	687	5.379.220.999,76
2043	25	152.772	8.487	152.772	8.487	707	5.540.597.629,75

* Valor CIF/FOB = Demanda Estimada x valor agregado da carga absorvida

O dimensionamento da estrutura inicial do porto seco tomou por base a estimativa de demanda prevista para o 5º ano, considerando um prazo estimado de um ano e meio para construção e alfandegamento da instalação e a necessidade de dotação de uma capacidade instalada inicial que atenda eventuais picos de demanda (em relação à estimativa) nos primeiros anos de funcionamento, com continuidade e qualidade dos serviços prestados. A estrutura necessária à demanda do 5º ano constará no edital como a estrutura inicial a ser atendida pelo permissionário.

Além disso, deverá constar do edital as quantidades de equipamentos e sistemas informatizados apontados no referido EVTE.

8. O CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO

Não caberá à União nenhum dispêndio com a contratação para a execução dos serviços a serem prestados no Porto Seco. As despesas relacionadas à prestação dos serviços serão pagas pelos usuários do Porto Seco de acordo com a tabela de tarifas apresentadas pelo licitante vencedor na sua proposta.

9. ENCARGOS DA PERMITENTE E DA PERMISSIONÁRIA

9.1 Encargos da permitente:



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



I – acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais, por intermédio da unidade da RFB com jurisdição sobre o Porto Seco; (art. 29, inciso I, da Lei nº 8.987, de 1995 e art. 20 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011):

a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, realizar a avaliação de desempenho da permissionária conforme método de avaliação de desempenho estabelecido em anexo do edital, instruir eventuais processos de aplicação de sanções administrativas previstas no edital, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, corresponsabilidade por parte da permitente;

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio de comissão de alfandegamento, designada pelo Superintendente da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco;

III - alfandegar o Porto Seco, por meio de ato declaratório mencionado no edital, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do recinto, após lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde que satisfeitas todas as condições contratuais e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 2011, inclusive a avaliação prévia do funcionamento do sistema informatizado de controle operacional, nos termos do que dispõe o art. 12 da Instrução Normativa SRF nº 682, de 2006, ou de legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos no edital;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei no 8.987, de 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;

XIII - Avaliar o desempenho da permissionária conforme método de avaliação de desempenho estabelecido em anexo do Edital da Concorrência RFB/SRRF 10 – Nº 2/2019.

9.2 Encargos da permissionária:

I - manter prepostos (gerente e fiel depositário) no Porto Seco, com experiência profissional e com o mesmo nível de responsabilidade, de pelo menos 1 ano, no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirá perante a RFB a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela permissionária;

II - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e também por danos a terceiros;

III - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da permitente;

IV – comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da RFB jurisdicionante do Porto Seco, por intermédio do fiscal do contrato, qualquer proposta de substituição de membro da equipe técnica (gerente e fiel depositário), observado o disposto no edital;

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem comprovada experiência profissional, conforme previsto no edital;

b) entende-se como "gerente" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências do Porto Seco e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele recinto e como "fiel depositário" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem do Porto Seco;

V - prover todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo Porto Seco;

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos e suprimentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material de expediente, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), equipamentos de segurança do trabalho, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em exercício no Porto



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Seco, desde que seja solicitado pela permitente, com as devidas justificativas, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de movimentação e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da RFB em exercício no Porto Seco;

c) disponibilizar diariamente transporte em condições de segurança e conforto para os servidores da RFB que prestem serviço no Porto Seco, desde a unidade da RFB em Novo Hamburgo até o recinto do Porto Seco e vice-versa, exclusivamente nos casos em que esse recinto for localizado em área não assistida por linha regular de transporte público.

c.1) o transporte a que se refere a alínea “c” deste item, pode ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, devendo ser feito em veículo devidamente caracterizado e de uso coletivo.

VI- responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, submetendo-se às demais exigências da fiscalização da RFB;

VII - apresentar à fiscalização da RFB, quando solicitado e em tempo hábil, todos os dados de administração, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo Porto Seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

VIII - comunicar à permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da RFB jurisdicionante, que o recinto se encontra em condições de entrar em funcionamento, em conformidade com o edital e documentos de classificação (proposta) e habilitação apresentados pela licitante, e com as condições para alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la;

IX – instalar e manter no Porto Seco, sem ônus para a permitente, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;

X - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do Porto Seco e à realização dos serviços lá prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal no que concerne às atividades do Porto Seco;

XI - assumir os encargos relativos aos custos do laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos do que dispõe a Instrução Normativa SRF nº 682, de 2006, ou norma que a vier a alterá-la ou sucedê-la;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



XII - apresentar ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aqueles objetos da permissão, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de Porto Seco Industrial, se for o caso;

XIII - informar o vencimento do prazo de permanência no Porto Seco das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga abandonadas, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no Parágrafo único do art. 32 da Instrução Normativa RFB no 1.208, de 2011, ou pela legislação que vier a sucedê-la ou alterá-la;

XIV - manter, em local apropriado no recinto alfandegado, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga apreendidas pela unidade jurisdicionante da RFB no próprio recinto do porto seco;

XV – manter em local apropriado no recinto alfandegado, por 120 dias, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga que forem considerados, pela legislação aduaneira em vigor, como abandonados no recinto;

a) o prazo de 120 dias passará a contar a partir da data em que a permissionária informar a caracterização da situação de abandono, conforme previsto na legislação aduaneira em vigor;

b) decorrido o prazo de 120 dias sem que tenha sido iniciado o despacho de importação, a permissionária deve fazer, em 5 dias, comunicação à unidade jurisdicionante da RFB, relacionando as mercadorias e mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

c) feita a comunicação no prazo 5 dias, ficará a RFB responsável pelo pagamento da armazenagem dos bens abandonados no recinto no período excedente, contado este a partir do dia subsequente 120º dia, devendo para tanto ser aplicadas as tarifas de armazenagem de mercadorias normalmente praticadas pela permissionária na importação e exportação, conforme os termos do contrato de permissão;

d) caso a comunicação não seja efetuada no prazo estipulado na alínea b, somente será paga pela RFB a armazenagem devida até o término do referido prazo, ainda que a mercadoria venha a ser posteriormente alienada.

XVI – disponibilizar equipamentos de informática no Porto Seco que atendam aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela RFB, em conformidade com o disposto no Ato Declaratório Executivo Cotec nº 7, de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 24/12/2010, e alterações posteriores, e/ou legislação superveniente, observando-se o disposto no inciso XVIII, alínea “a” deste subitem;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



XVII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, sob pena da caducidade da permissão;

XVIII - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

a) manter serviços adequados de vigilância na área abrangida pelo Porto Seco, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados no recinto alfandegado, além de prestar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a permitente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela permissionária;

XIX - prestar contas da gestão do serviço à permitente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

XX - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

XXI - permitir aos encarregados da fiscalização da RFB livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

a) disponibilizar acesso ao sistema informatizado de controle aduaneiro a ser adotado no Porto Seco à fiscalização da RFB, quando em consulta realizada no próprio estabelecimento, e remotamente, por meio da Internet, controlado por senha alfanumérica de oito dígitos, ou método seguro de reconhecimento biométrico do usuário, ou mediante certificação digital;

a.1) O acesso ao sistema via Internet deverá oferecer performance compatível com as necessidades de controle por parte da RFB, vinte e quatro horas por dia;

b) disponibilizar à fiscalização da RFB acesso ao sistema informatizado de controle aduaneiro a ser adotado no Porto Seco, aos arquivos de imagens e dados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, bem como transmitir, em tempo real, para a unidade da RFB jurisdicionante, as imagens e dados das câmeras e dos equipamentos de inspeção não invasiva.

XXII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXIV - executar, sem ônus para a permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso XXXI deste subitem;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



XXV - manter, no Porto Seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXVI - publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXVII - fica esclarecido que, exclusivamente para fins de formulação das propostas, não será exigido o pagamento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, a partir da data de entrada em operação do Porto Seco, de acordo com o art. 815 do Decreto nº 6.759, de 2009 e da Instrução Normativa SRF nº 14, de 25 de janeiro de 1993, em razão do Parecer PGFN/CRJ Nº 83/2016 aprovado pelo Ministro da Fazenda, que resultou na edição do Ato Declaratório PGFN nº 9, de 4 de novembro de 2016;

XXVIII - na eventualidade de vir a ser exigido o pagamento ao FUNDAF, aplica-se o disposto no item 8.2.3 do Edital;

XXIX - disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle operacional e de monitoramento e vigilância, durante o prazo de funcionamento do Porto Seco, bem como as especificações para acesso e recuperação desses dados.

XXX – submeter à permitente, por intermédio da unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, para fins de autorização e anuência prévia, a transferência da permissão ou do seu controle acionário pretendidos, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, o Decreto nº 2.763, de 1998, e Instrução Normativa SRF nº 109, de 2000, e da legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la, sob pena de caducidade da permissão.

a) a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata este inciso, sem a anuência prévia da RFB, implicará caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

XXXI - caberá à permissionária adotar e seguir o layout de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

a) entende-se por layout de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do Porto Seco onde estejam evidenciadas as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria;

b) poderá haver quantas alterações forem necessárias no layout de armazenagem, desde de que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

c) ocorrendo qualquer alteração no layout de armazenagem do Porto Seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo layout ao dossiê de acompanhamento do contrato do Porto Seco.



10. DA MODALIDADE E DO TIPO DA LICITAÇÃO

A modalidade de licitação determinada pela Lei nº 8.987, de 1995, deverá ser a concorrência, do tipo menor preço. As fases de habilitação e julgamento deverão ser invertidas, de acordo com autorização expressa do art. 18-A da referida Lei.

O critério de julgamento será o de menor valor da tarifa.

11. DA LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

A legislação a ser atendida nesta licitação será:

- Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos;
- Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros;
- Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que dá outras providências relativas à legislação aduaneira;
- Lei nº 12.350, capítulo IV, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre locais e recintos alfandegados;
- Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior;
- Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, que dispõe sobre a concessão e a permissão de serviços desenvolvidos em terminais alfandegados de uso público;
- Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, que dispõe sobre a transferência de concessão ou permissão ou do controle societário da concessionária ou da permissionária prestadora de serviços em terminais alfandegados de uso público;
- Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.208, de 4 de novembro de 2011, que estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de portos secos;
- Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 109, de 8 de dezembro de 2000, que estabelece termos e condições para a transferência de concessão ou permissão ou do controle societário da concessionária ou da permissionária prestadora de serviços em terminais alfandegados de uso público;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, que estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos;



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019 09:49:00.

Documento autenticado digitalmente por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: LUIS ANTONIO DA SILVA MACHADO em 27/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP27.1119.10428.7D0F

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
B8A4246957900130A7D178025CE38668605E98D9933CEEC565E5F7379BC6F4D9